

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) GILBERTO SOARES DE BARROS FILHO

RECURSOS NATURAIS E CONFLITOS CIVIS:

Um estudo de caso sobre o conflito dos diamantes em Serra Leoa no período de 1991 a 2002

Rio de Janeiro

2015

CC (FN) GILBERTO SOARES DE BARROS FILHO

RECURSOS NATURAIS E CONFLITOS CIVIS:

Um estudo de caso sobre o conflito dos diamantes em Serra Leoa no período de 1991 a 2002

Monografia apresentada a Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CC Artur Eloi Roman

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2015

## RESUMO

Desde a década de 1990 diversas pesquisas têm sido realizadas objetivando relacionar a presença de recursos naturais em determinado território com a ocorrência de conflitos armados não internacionais. Um caso notável foi o ocorrido em Serra Leoa cuja riqueza de diamantes configurou-se como fator relevante para a guerra civil estabelecida no país. Nesse contexto, o propósito deste trabalho é analisar como os recursos naturais contribuíram para a ocorrência do conflito civil em Serra Leoa. Para isso, realizou-se um estudo de caso apoiado em livros e artigos sobre o assunto, enquadrado numa moldura temporal compreendida entre 1991 e 2002. Como alicerce à pesquisa, foi utilizada a teoria proposta por Michael Ross que explorou os possíveis mecanismos influenciadores da relação recursos naturais x guerras civis, buscando explicar como a riqueza de recursos naturais pode contribuir para desencadear um conflito civil. Diante dos fatos analisados à luz da teoria proposta, concluiu-se que a guerra civil que consumiu Serra Leoa por mais de uma década esteve intimamente ligada à riqueza de diamantes, sendo que quatro mecanismos atuaram simultaneamente e foram responsáveis por essa conexão: o ressentimento entre a população, o enfraquecimento do Estado, a intervenção estrangeira e a venda de contratos futuros para o saqueamento de recursos.

Palavras-chave: Conflito civil; Diamantes; Recursos naturais; Ross; Serra Leoa.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Localização dos principais depósitos de diamantes e diamantes aluviais em Serra Leoa.....	19
Figura 2 -	Linha do tempo dos principais acontecimentos da guerra civil de Serra Leoa.....	25
Quadro 1 -	Hipóteses sobre os mecanismos causais de conflitos civis.....	9
Quadro 2 -	Hipóteses sobre os mecanismos inesperados de conflitos civis.....	13

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>TEORIA PROPOSTA POR MICHAEL ROSS.....</b>	<b>8</b>
2.1	Início do conflito civil.....	9
2.2	Duração do conflito civil .....	11
2.3	Intensidade do conflito civil.....	12
2.4	Mecanismos inesperados .....	13
<b>3</b>	<b>O CASO DE SERRA LEOA .....</b>	<b>15</b>
3.1	Contexto histórico de Serra Leoa.....	15
3.2	Os diamantes de Serra Leoa.....	18
3.3	Conflito civil de Serra Leoa.....	21
3.3.1	A Frente Revolucionária Unida (FRU).....	25
<b>4</b>	<b>O CONFLITO CIVIL EM SERRA LEOA: ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ROSS (2004).....</b>	<b>30</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>36</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), embasado no Direito Internacional Humanitário (DIH), define o conflito armado não internacional como o confronto entre forças governamentais e grupos armados não governamentais, ou somente esses dois grupos. Para que se possa distinguir os conflitos armados das formas menos graves de violência, as hostilidades devem atingir um patamar mínimo de intensidade e as partes do conflito devem apresentar um mínimo de organização.

Desde a década de 1990 diversas pesquisas têm sido realizadas objetivando relacionar a presença de recursos naturais em determinado território com a ocorrência de conflitos armados não internacionais. Embora os recursos naturais não sejam a única causa para o surgimento de um conflito civil, podem contribuir sobremaneira para que ele seja prolongado ou mesmo agravado.

Estudiosos apresentam diferentes teorias sobre a correlação entre os recursos naturais e os conflitos civis: a riqueza de recursos poderia fomentar o conflito por meio do financiamento de grupos rebeldes – chamados de “recursos do conflito”; a riqueza de recursos poderia causar o enfraquecimento das instituições do estado; a riqueza de recursos poderia transformar o estado num alvo mais atrativo para os rebeldes; a riqueza de recursos poderia facilitar choques (crises) comerciais; a riqueza de recursos poderia tornar o separatismo financeiramente atrativo em regiões ricas em recursos ou mesmo a riqueza de recursos poderia atuar por meio de outros processos.

A presença de recursos naturais “saqueáveis” em um país, ou seja, aqueles que podem ser facilmente apropriados por indivíduos ou pequenos grupos de trabalhadores não

qualificados (*e.g.*, diamantes), torna mais susceptível o surgimento de grupos rebeldes oportunistas que usam a violência indiscriminadamente. Esses recursos também contribuiriam para o prolongamento de conflitos armados permitindo que a parte mais fraca levantasse fundos e continuasse lutando ou tornariam o conflito tão lucrativo que os combatentes perderiam o incentivo de alcançar com sucesso um acordo de paz.

Um caso notável do exposto anteriormente é o de Serra Leoa com seus “diamantes de sangue”. O enfraquecimento e a falta de estabilidade do governo de Serra Leoa levaram à perda de seu controle sobre várias regiões ricas em diamantes, permitindo que os rebeldes da Frente Revolucionária Unida – FRU dominassem essas regiões, gerando uma cultura de conflito na sociedade.

Com o objetivo de analisar como os recursos naturais contribuíram para a ocorrência do conflito civil em Serra Leoa, no período compreendido entre 1991 e 2002, foi realizado um levantamento das possíveis razões que se relacionaram com o surgimento desse conflito, considerando a riqueza de diamantes no território serra-leonense. A relevância desse trabalho reside no fato de oferecer subsídios para a análise das influências que os recursos naturais podem exercer em países que os possuam, particularmente o Brasil com o seu rico território, em especial a Amazônia.

Para ascender ao objetivo foi utilizada a teoria proposta por Michael Ross<sup>1</sup> em seu artigo publicado em 2004 – “Como os recursos naturais influenciam uma guerra civil?”

---

<sup>1</sup> Michael L. Ross é professor de Ciência Política na Universidade da Califórnia (UCLA) e ex-diretor do Centro de Estudos do Sudeste Asiático. Publicou amplamente sobre os problemas políticos e econômicos dos países ricos em recursos naturais, bem como sobre a guerra civil e democratização. Seus artigos aparecem em periódicos renomados: *American Political Science Review*, *American Journal of Political Science*, *Annual Review of Political Science*, *British Journal of Political Science*, *Comparative Political Studies*, *International Organization*, *Journal of Conflict Resolution*, *Journal of Peace Research*, *Middle East Development Journal*, *Politics and Gender*, *Quarterly Journal of Political Science*, e *World Politics*. Atualmente, atua no conselho consultivo do *Natural Resources Governance and Clean Trade* e anteriormente foi membro do grupo consultivo do *World's Bank Extractive Industries Review*. Também é membro da *Political Instability Task Force*, do grupo multidisciplinar da *US Extractive Industries Transparency Initiative*, e do grupo temático *UN Sustainable Development Solutions Network on “Good Governance of Extractive and Land Resources”*.

Evidências de treze casos”<sup>2</sup> – que explorou os possíveis mecanismos influenciadores da relação recursos naturais x guerras civis, buscando explicar como a riqueza de recursos naturais pode contribuir para a ocorrência de um conflito civil.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo refere-se a esta breve introdução; o capítulo dois apresenta a teoria que servirá de esteio para a pesquisa, descrevendo os mecanismos causais hipotéticos que influenciam o início, a duração e a intensidade de um conflito, levando-se em consideração a existência de recursos naturais.

O capítulo três desenvolve uma análise acerca do caso de Serra Leoa expondo os problemas existentes no país: primeiramente será feita uma descrição do contexto histórico de Serra Leoa, incluindo o período colonial e pós-independência; em seguida abordaremos o papel desempenhado pelos diamantes e, por último, será discursado sobre o conflito civil que perdurou por mais de uma década no país.

No capítulo quarto buscar-se-á relacionar o conflito civil ocorrido em Serra Leoa e os mecanismos que influenciaram a sua ocorrência a partir da perspectiva da teoria proposta por Ross (2004). Pretende-se demonstrar quais mecanismos conectam a riqueza de recursos naturais e a guerra civil de Serra Leoa.

Por fim, o quinto capítulo será composto pelas conclusões e considerações finais, recapitulando o que de mais importante se extraiu da pesquisa e corporificando o objetivo do trabalho.

---

<sup>2</sup> Título original do artigo científico publicado por Ross (2004): How do natural resources influence civil war? Evidence from thirteen cases.



## 2 TEORIA PROPOSTA POR MICHAEL ROSS

A teoria proposta por Ross (2004) define que os recursos naturais podem ser considerados os mecanismos causais de determinados conflitos civis estando relacionados com o início, a duração e a intensidade deles, embora não sejam mutuamente exclusivos. Para alcançar seu objetivo, o autor realizou uma exaustiva pesquisa em uma série de publicações sobre o assunto e elaborou hipóteses a partir de outros estudiosos, buscando esclarecer de forma explícita a correlação recurso natural x guerra civil. Segundo Ross (2004):

Identificar os mecanismos causais corretos não é uma tarefa simples. Alguns dos supostos mecanismos causais foram cuidadosamente especificados [por outros estudiosos], mas a maioria não. Uma vez especificado, não é claro como esses mecanismos podem ser testados. Infelizmente, dados sobre as dimensões necessárias dos conflitos são escassos e geralmente de má qualidade (Ross, 2004, p. 37, tradução nossa).

O QUADRO 1 apresenta as nove hipóteses definidas pelo autor sobre os mecanismos que conectam os recursos naturais e as guerras civis. As quatro primeiras hipóteses descrevem como a riqueza de recursos<sup>3</sup> pode levar ao aparecimento do conflito; as três seguintes sugerem de que maneira tais recursos podem influenciar a duração do conflito; e, as duas últimas descrevem como os recursos naturais podem contribuir na intensidade do conflito – isto é, a taxa de vítimas.

---

<sup>3</sup> O autor utiliza de forma permutável os termos “riqueza de recursos” e “dependência de recursos”. A maioria dos estudos mede a correlação entre guerra civil e dependência de recursos por meio da relação entre a exportação de recursos naturais e o Produto Interno Bruto (PIB) – indicador da abundância relativa da riqueza de recursos naturais na economia do país. Mas, a dependência não é o indicador ideal, visto que é sensível a mudanças nos demais setores da economia e no PIB. Além disso, não consegue capturar os recursos naturais que são produzidos e consumidos domesticamente e exportados ilegalmente. Para evitar esses problemas, o autor examina se os conflitos foram influenciados por qualquer tipo de recursos natural produzido domesticamente e com valor comercial, independentemente do seu *status* de legalidade ou exportação.

QUADRO 1  
Hipóteses sobre os mecanismos causais de conflitos civis.

<b>Hipóteses sobre o início de uma guerra civil</b>	
1.	<b>Saqueamento</b> por potenciais rebeldes → custos de inicialização financiados → guerra civil
2.	Extração de recursos → <b>ressentimento</b> entre a população local → guerra civil
3.	Extração de recursos → incentivo ao <b>separatismo</b> → guerra civil
4.	Dependência do Estado de receitas advindas dos recursos → <b>enfraquecimento do Estado</b> → guerra civil
<b>Hipóteses sobre a duração de uma guerra civil</b>	
5.	<b>Saqueamento</b> pela parte mais fraca (forte) → mais armas → guerra prolongada (encurtada)
6.	Guerra (paz) parece financeiramente rentável → menos (mais) <b>incentivo</b> para a paz → guerra prolongada (encurtada)
7.	Riqueza de recursos em regiões separatistas → <i>commitment problem</i> <sup>4</sup> → guerra prolongada
<b>Hipóteses sobre a intensidade de uma guerra civil</b>	
8.	Dois lados engajados na <b>batalha por recursos</b> → mais vítimas
9.	Dois lados engajados no <b>saqueamento coletivo</b> → menos vítimas

Fonte: ROSS, 2004, p. 39.

Em seguida, cumpre analisar de maneira sucinta, as hipóteses relacionadas no quadro anterior para melhor entendimento da teoria adotada.

## 2.1 Início do conflito civil

A grande disponibilidade de recursos naturais em um país poderá causar o aparecimento de uma guerra civil por meio de quatro mecanismos.

O primeiro versa sobre o saqueamento de recursos naturais por grupos rebeldes, permitindo a arrecadação de dinheiro seja pela extração e venda direta ou pela extorsão daqueles que o fazem. Essa ação gera a oportunidade de financiar os custos da compra de

<sup>4</sup> *Commitment problem*: situação em que os indivíduos não podem alcançar seus objetivos devido à incapacidade de fazer ameaças críveis ou promessas.

material bélico, manutenção de milícias ou exército e propagação de ideologias, aumentando assim a probabilidade de iniciar um confronto civil.

A segunda possibilidade é por meio do desencadeamento de ressentimentos entre a população local, uma vez que a extração de recursos naturais pode levar à desapropriação de terras não recompensadas, riscos ambientais, oportunidades de trabalho insuficientes e inadequadas perturbações sociais causadas pela migração laboral. Como consequência, os rebeldes podem mobilizar esses indivíduos sensibilizados em prol dos seus objetivos e tornar as empresas do setor de recursos alvos de suas críticas, com violência, saques e tentativas de extorsão aumentando o risco de início de uma guerra civil.

O terceiro mecanismo está ligado à distribuição geográfica dos recursos naturais em um território. Recursos naturais localizados em áreas periféricas do país ou em áreas de minorias étnicas pode possibilitar o surgimento, entre os residentes, de iniciativas separatistas elevando a probabilidade de eclosão uma guerra civil. Ainda que não haja incentivos separatistas, diferenças étnicas ou religiosas podem se acirrar, gerando o recrudesimento da violência.

Por fim, a riqueza de recursos pode causar o enfraquecimento do Estado, pois os lucros advindos dos recursos amenizam a necessidade de cobrança de impostos pelos governos, que por sua vez produz um Estado menos sensível aos seus cidadãos e menos capaz de resolver seus conflitos sociais. A ausência de uma sociedade intrusiva e um sistema burocrático elaborado para aumentar as receitas, tornam os Estados mais susceptíveis à guerra civil.

## 2.2 Duração do conflito civil

A riqueza de recursos naturais pode influenciar a duração de conflitos civis, independente dos seus efeitos na incidência deles. Três mecanismos podem prolongar ou encurtar um conflito civil, dependendo da forma como eles ocorrem.

O primeiro mecanismo, mais uma vez, é o saqueamento. A riqueza de recursos pode prolongar um conflito ao permitir que os rebeldes financiem a si mesmos e, portanto, continuem lutando em vez de serem derrotados ou forçados a negociar – o recurso atua como “combustível” do conflito. Tal mecanismo implica em dois pressupostos fundamentais: que os rebeldes são o lado mais fraco e que o fortalecimento do lado mais fraco prolonga o conflito. O contrário também é válido, ou seja, a duração do conflito pode ser abreviada se recursos financeiros são fornecidos para o lado mais forte (*e.g.*, forças armadas do governo), dessa maneira este lado terá maior chance de vitória ou maior possibilidade de liquidar o inimigo mais rapidamente.

O próximo mecanismo sugere que a riqueza de recursos desencoraja acordos de paz, uma vez que em tempos de guerra os saques são mais rentáveis para os oficiais rebeldes. Interesses econômicos não só moldam o conflito, mas se a vantagem econômica de lutar supera a paz, perpetua-se ele também. Outra possibilidade é quando os soldados vislumbram o enriquecimento pessoal em vez de obedecer aos seus oficiais, tornando mais difícil para os negociadores um acordo exequível. O mesmo ocorrerá na situação inversa, se os oficiais acreditam que os lucros em tempos de paz serão maiores, podendo ajudar a induzi-los a um acordo. Da mesma forma, se os soldados acreditam que a paz seria mais lucrativa do que a guerra, eles poderão recusar-se a lutar e forçar seus oficiais a negociar ou se render.

Finalmente, o terceiro mecanismo diz respeito à riqueza de recursos e o prolongamento de conflitos separatistas. A probabilidade de os rebeldes resolverem um

conflito por meio de um acordo para autonomia regional depende se eles acreditam que o governo é susceptível a aderir ao acordo. Como a região é rica em recursos, é mais provável que o governo renegue tais acordos, na tentativa de ganhar acesso aos lucros. Dessa maneira, a riqueza de recursos tende a aumentar a duração de guerras civis separatistas tornando menos provável que o governo concorde com um acordo de paz que confere à região autonomia fiscal.

### **2.3 Intensidade do conflito civil**

Para ser classificado como guerra civil, o conflito deve ultrapassar determinado limiar, produzindo pelo menos mil mortes relacionadas com o combate durante um período de tempo (SINGER; SMALL, 1982 *apud* COLLIER; HOEFFLER, 2004). A riqueza de recursos pode influenciar a intensidade de conflitos civis aumentando ou diminuindo o número de vítimas relacionadas ao conflito ao longo do tempo. Dois mecanismos podem atuar na intensidade de guerras civis:

O mecanismo mais óbvio está relacionado com o “recurso de combate”. Exércitos inimigos batalham sobre o território rico em recursos disputando seu controle, aumentando a taxa de mortalidade e, por consequência, a intensidade do conflito.

O segundo mecanismo pode reduzir a intensidade de um conflito civil. Nesse caso, os adversários concordam em depor suas armas e cooperar na exploração dos recursos naturais, diminuindo o número de vítimas.

## 2.4 Mecanismos inesperados

Quatro mecanismos adicionais considerados “inesperados” também foram identificados por Michael Ross, sendo que dois influenciaram o aparecimento do conflito, um a duração e um afetou a intensidade (QUADRO 2).

QUADRO 2  
Hipóteses sobre os mecanismos inesperados de conflitos civis.

<b>Hipóteses inesperadas sobre o início de uma guerra civil</b>
10. Riqueza de recursos → <b>intervenção estrangeira</b> → guerra civil
11. <b>Contratos futuros para o saqueamento de recursos</b> → custos de inicialização financiados → guerra civil
<b>Hipótese inesperada sobre a duração de uma guerra civil</b>
12. Lado mais fraco (forte) vende <b>contratos futuros para o saqueamento de recursos</b> → guerra prolongada (encurtada)
<b>Hipótese inesperada sobre a intensidade de uma guerra civil</b>
13. <b>Repressão preventiva</b> pelo governo para proteger os recursos → mais vítimas

Fonte: ROSS, 2004, p. 57.

O primeiro mecanismo ocorre quando forças armadas de países vizinhos intervêm no conflito a favor dos grupos rebeldes contra o governo em exercício, para obter acesso às reservas de recursos naturais aumentando, dessa maneira, a probabilidade de iniciar uma guerra civil.

O segundo e mais surpreendente mecanismo implica na venda pelos rebeldes do que pode ser chamado de “futuros direitos de saqueamento”, ou seja, o direito de explorar os recursos naturais que ainda não foram capturados ou não estão sob o poder daqueles que os extorquiram. Com a venda, os insurgentes podem levantar fundos necessários para iniciar um conflito armado. Sem o mercado de vendas de direitos de exploração dos recursos, o conflito seria menos provável.

O mecanismo anterior desencadeia um terceiro mecanismo que interfere na duração do conflito. Por permitir que o lado mais fraco ou mais forte obtenha receitas a partir da venda de futuros direitos de exploração mineral que esperam capturar, o conflito pode ser prolongando ou encurtado.

O quarto e último mecanismo inesperado correlaciona a riqueza de recursos com a intensidade do combate e pode ser chamado de “repressão preventiva”. Em conflitos separatistas, o governo age estrategicamente para proteger seu controle sobre os recursos, reprimindo com excepcional severidade o movimento secessionista, aumentando o número de vítimas.

Os mecanismos descritos fundamentam a correlação entre os recursos naturais e os conflitos civis e nos permitirão compreender melhor como e quais mecanismos influenciaram a ocorrência do conflito em Serra Leoa.

Buscando um melhor entendimento e contextualização sobre o conflito civil que ocorreu em Serra Leoa e assolou seu território por mais de uma década, o capítulo seguinte apresenta o contexto histórico do país, o papel dos diamantes e, por fim, a guerra civil propriamente dita.

### **3 O CASO DE SERRA LEOA**

Para desenvolver uma análise mais detalhada acerca do conflito de Serra Leoa e sua relação com os recursos naturais se faz necessário expor os problemas existentes no país. Nesse sentido, os acontecimentos que antecederam a eclosão do conflito e os pontos de tensão que definem o ambiente político, econômico e social devem ser abordados antes de qualquer caracterização mais profunda do cenário em si.

A maioria dos conflitos no continente africano tem sua origem em questões étnicas. A herança do período colonial e a forma como as diferenças culturais foram tratadas nas diversas sociedades são as fontes de importantes guerras e disputas territoriais. No entanto, o caso de Serra Leoa é singular. A motivação do conflito não tem raízes nas divergências entre as etnias locais. As questões que envolvem a guerra no país estão, principalmente, associadas a questões políticas e a dependência de recursos naturais.

O presente capítulo procura fornecer o contexto histórico de Serra Leoa, visando situar o leitor sobre os antecedentes do país desde o período colonial, seguido por uma abordagem sobre os diamantes e o papel desempenhado por eles e, finalmente, apresenta a guerra civil ocorrida no território serra-leonense.

#### **3.1 Contexto histórico de Serra Leoa**

Os primeiros europeus chegaram a Serra Leoa no século XV. Eram exploradores holandeses e portugueses interessados no grande porto natural localizado na região,



objetivando transformá-lo num centro de captura de escravos. Em 1784, a marinha britânica estabeleceu o local como destino para os escravos libertos e, em 1786, fundou a cidade de Freetown. Mais tarde, em 1807, o parlamento britânico aboliu a escravidão em seus impérios coloniais e assumiu a responsabilidade pelo território (HIRSCH, 2002). Havia pelo menos 14 grupos étnicos habitando essas terras, incluindo os *krios* de ascendência afro-européia.

Um ano depois, em 1808, a Grã-Bretanha declarou Freetown uma colônia da coroa (*crown colony*) e passou a controlar a cidade e seu entorno imediato. A população *krio*, que representava apenas 2 a 3% da população de Serra Leoa, foi favorecida pelos europeus e recebeu posições administrativas no governo, além de cargos na área médica, educacional, empresarial e religiosa. Tal situação criou uma lacuna racial e socioeconômica entre as populações. Os africanos se ressentiam do favoritismo para com os *krios* e referiam-se a eles como “colonos negros” (TAYLOR, 2014).

Em 1896, os britânicos proclamaram o protetorado sobre as demais regiões do território de Serra Leoa e fixaram as fronteiras com a Libéria e a Guiné. Para administrar o protetorado foi praticado o sistema de governo colonial indireto. As negociações foram intermediadas com os chefes supremos locais e órgãos do governo, visando proteger as rotas comerciais e novas ferrovias construídas. Em contrapartida, a Grã-Bretanha permitiu que as estruturas de governo tradicionais permanecessem inalteradas e manteve uma interferência mínima nos assuntos locais (TAYLOR, 2014).

Como consequência, a cidade de Freetown continuou se modernizando e gerando riquezas para os colonos brancos e para a população *krio*, enquanto o protetorado não conseguiu se desenvolver evoluindo para um “estado de fronteira”. As relações entre os povos por meio de fronteiras coloniais foram fortalecidas, principalmente devido aos limites notoriamente porosos (TAYLOR, 2014). Nessas regiões fronteiriças a presença do governo

era mínima, fazendo com que a população que habitava essas áreas se sentisse marginalizada e esquecida, favorecendo o surgimento de um sentimento antigoverno (SILBERFEIN, 2004).

As diferenças entre o envolvimento britânico no desenvolvimento e administração de Freetown e sua abordagem indireta no restante do território tiveram efeitos significativos que mais tarde contribuíram para os fatores que levaram à guerra civil. Além disso, a facilidade com que os grupos étnicos atravessavam a fronteira permitiu que diamantes ilegais, armas, suprimentos e tropas se movessem livremente entre Serra Leoa e Libéria durante a guerra (SILBERFEIN, 2004).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a administração do protetorado foi percebida como inadequada e o autogoverno baseado no sufrágio universal foi introduzido em 1951. Dez anos depois, em 27 de abril de 1961, os britânicos concederam a independência a Serra Leoa unindo Freetown e o protetorado em um único estado. O poder foi entregue ao Sir Milton Margai e seu Partido Popular de Serra Leoa – PPSL.

Em 1967, o PPSL perdeu, por estreita margem de votos, uma contestada eleição para a oposição, o Partido do Congresso de Todo o Povo – PCTP, liderado por Siaka Stevens. Seu governo, de tendências autoritárias, foi marcado pela promoção da violência estatal para eliminar a dissidência (TAYLOR, 2014). Os traços do regime hegemônico baseado na coerção acirraram após a autorização de um governo de partido único sob a presidência de Stevens.

Durante seu governo, Siaka Stevens tornou o comércio de diamantes uma questão política e encorajou, tacitamente, a prática da exploração ilegal. As receitas obtidas do produto mais valioso da região eram repassadas a Stevens e a seus comparsas, a exemplo de regimes políticos que monopolizam o comércio do diamante, definidos pelo termo “gemocracia” (WYROD, 2008).

A distribuição dos recursos obedecia aos interesses do partido, e não aos da nação, comprometendo a legitimidade estatal. Ao se aposentar em 1985, Stevens deixou um “Estado sombra”, marcado pelo patrimonialismo e ineficiência econômica, nas mãos de seu sucessor, o comandante do exército Joseph Momoh (NDUMBE, 2001; WYROD, 2008).

A continuidade do governo do PCTP significou a persistência do favorecimento dos interesses da oligarquia em detrimento ao desenvolvimento nacional. Em consequência disso, a maior parte da população vivia da agricultura de subsistência e as condições sociais intensificaram as práticas dos rebeldes. Graças ao crescente antagonismo entre o PCTP e o PPSL, o exército foi dividido e a “política das forças armadas” proliferada (WYROD, 2008).

Posto de outro modo, o apoio a alternativas contrárias ao sistema passou a ser maior e menos isolado do que aquele às forças pró-democráticas, favorecendo a emergência de centros autônomos de poder. Nem a decisão de restaurar o multipartidarismo foi capaz de deter a primeira invasão no leste do país ocorrida em 23 de março de 1991.

### 3.2 Os diamantes de Serra Leoa

Os diamantes de Serra Leoa são encontrados principalmente em depósitos aluviais, localizados nos leitos de rios próximos à superfície e facilmente acessíveis (FIGURA 1). Ao contrário dos canais de *kimberlitos*<sup>5</sup> em que os diamantes só podem ser extraídos com maquinário pesado, os diamantes aluviais podem ser garimpados por qualquer pessoa, constituindo um empreendimento precário, tedioso, mal pago, insalubre e sem regulamentos para proteger os mineradores, sendo, no entanto, uma das poucas opções de emprego não

---

<sup>5</sup> *Kimberlito* é o nome de uma rocha que “abriga” os diamantes. É encontrado de modo concentrado e profundo, sendo possível limitar sua área e aferir seu tamanho, ao contrário do aluvião. É formado pela fusão parcial do manto a profundidades maiores que 150 km (JALLOH *et al.*, 2013).

agrícola disponível para jovens sem educação em partes isoladas do país. Por causa dos intensos investimentos requeridos, a mineração dos *kimberlitos* é geralmente controlada por meio de organizações centralizadas, enquanto que os diamantes aluviais podem ser facilmente saqueados (SILBERFEIN, 2004).

Os diamantes foram encontrados em Serra Leoa primeiramente nas províncias orientais de Kono e Kenema (FIGURA 1). A exploração inicial foi baseada em um sistema tributário por meio do qual os mineradores recebiam o direito de prospecção em áreas específicas pelos chefes soberanos; os garimpeiros, então, retornavam seus achados para o chefe e era fornecida uma quota do seu valor total (LE BILLON, 2001).

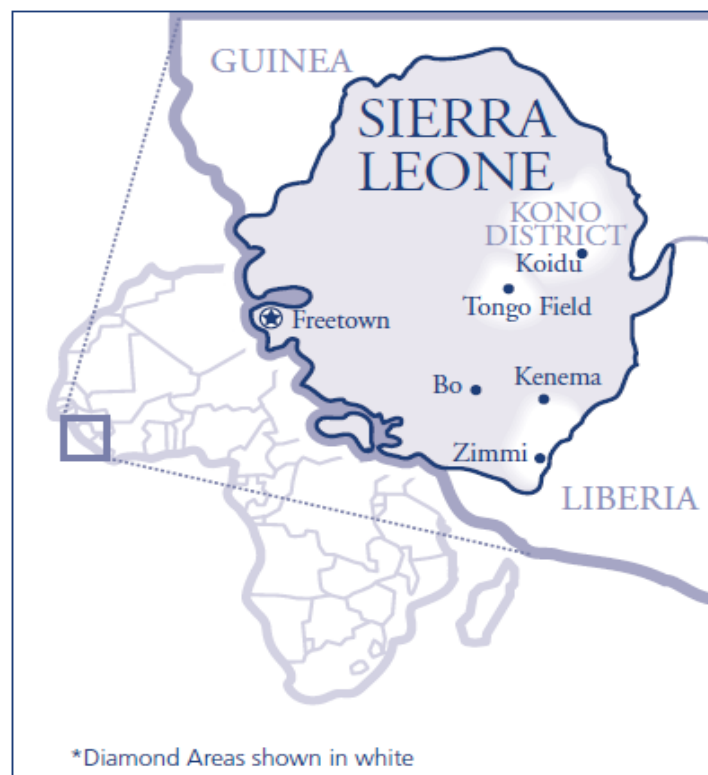


FIGURA 1 – Localização dos principais depósitos de diamantes e diamantes aluviais em Serra Leoa.

Fonte: GBERIE, 2002, p. 6.

Ao mesmo tempo, o governo colonial procurava potenciais concessionárias para desenvolver as principais áreas de diamantes, estabelecendo, em 1934, a *Sierra Leone Selection Trust* – SLST, uma subsidiária da De Beers, empresa originária da África do Sul. Foi dado à SLST um contrato de concessão por 99 anos e, pouco tempo depois, o direito de contratar suas próprias forças de segurança para se proteger contra intrusos. Quando a SLST encontrou competição pelo acesso aos diamantes com os chefes locais e mineradores, a região assumiu a aparência da corrida pelo ouro com a ocorrência de crimes e contrabandos (SILBERFEIN, 2004).

Na década de 1950, a mineração ilegal e o contrabando prevaleceram através dos canais com a Libéria. Havia uma estimativa de 75.000 garimpeiros ilegais no distrito de Kono. Esse desenvolvimento acelerado do setor de diamantes também trouxe consigo o início do crime organizado e vandalismo. Bandos armados começaram a invadir áreas controladas pela SLST e na década de 1980, o comércio ilegal dominou a indústria de diamantes. A mineração e a exportação legal deixaram de existir, o que levou a retirada da SLST em 1984. A exportação de diamantes legítimos declinou de dois milhões de quilates em 1970 para 595 mil quilates em 1980, e para míseros 48 mil quilates em 1988 (GBERIE, 2002, 2005).

Os diamantes foram fundamentais para a economia política em Serra Leoa no período pós-independência no início da década de 1960, mas o comércio ilegal desempenhou um papel maior na política de patronagem das décadas de 1970 e 1980, Tornando-se parte integral do processo de colapso do Estado. Em 1973, com a formação da *Mano River Union*, um acordo de cooperação econômica entre Serra Leoa, Libéria e Guiné, movimentos adicionais de pessoas e produtos ao longo dessas fronteiras aumentaram sua porosidade, auxiliando o comércio ilegal (GBERIE, 2005; SILBERFEIN, 2004).

Segundo Gberie (2005), o comércio ilegal de diamantes foi impulsionado pelos governos corruptos de Stevens e Momoh e desempenhou um papel fundamental no colapso

do Estado. Os diamantes se tornaram o meio pelo qual os políticos poderiam controlar a riqueza do Estado, centralizar o poder, financiar seus regimes paternalistas e encher seus cofres pessoais. Controlar os diamantes significava controlar a economia.

Como consequência, a economia de Serra Leoa foi destruída pelas práticas de Stevens e, mais tarde, Momoh. Com o estado deteriorado, Stevens manteve a sua base de poder em áreas urbanas, mantendo alguns serviços sociais e instituições estatais. Populações rurais foram deixadas para se defenderem sozinhas. A tensão urbana e rural foi potencializada, pois a população rural acreditava estar sendo roubada pelo Estado que explorava os diamantes localizados em suas áreas sem reciprocidade de serviços sociais (SILBERFEIN, 2004).

No início da guerra, os diamantes eram a fonte mais significativa de riqueza mineral em Serra Leoa, respondendo por cerca de US\$ 300 - \$450 milhões em receita por ano. Estima-se que menos de 10% desse total fluía por meio de canais legais, enquanto que a grande maioria era contrabandeada através da Libéria, Costa do Marfim e Burkina Faso. As regiões produtoras de diamantes eram sem lei, repletas de empresas corruptas, gangues de mineração e comércio ilegal de diamantes (LE BILLON, 2001).

### **3.3 Conflito civil de Serra Leoa**

Assim como a maioria dos países da África, Serra Leoa sempre teve, desde a sua independência em 1961, um panorama político instável, marcado por uma sucessão de governos abusivos e tomadas e retomadas de poder, golpes de Estado e uma sangria do dinheiro público que, mesmo antes do início da guerra, deixou o país em um quadro sombrio.

Em 1967, Siaka Stevens foi eleito presidente pelo PCTP, sendo sua posse protelada em razão dos golpes promovidos pelo PPSL. Durante seu governo, até 1985, Stevens alienou a população civil da vida pública e trouxe para si os lucros com o comércio de diamantes: os recursos naturais eram dados em concessão a empresas estrangeiras e o presidente recebia uma comissão pelos lucros (RENO, 1998).

Stevens transferiu o poder, em 1985, ao general Joseph Momoh que manteve a política de seu antecessor (ADEBAJO, 2002). Em março de 1991, a FRU liderada por Foday Sankoh e apoiada por Charles Taylor<sup>6</sup>, invadiu o sudeste de Serra Leoa com o objetivo de promover uma revolução e lutar contra o governo corrupto de Momoh. Keen (2005) aponta que a guerra civil em Serra Leoa foi uma resposta à exclusão – política, econômica e social – da população imposta por uma elite beneficiada pela desigualdade no Estado.

Em fevereiro de 1995 foram realizadas eleições presidenciais, vencidas pelo candidato do PPSL Ahmad Kabbah (ADEBAJO, 2002). O novo presidente estimulou a criação das Forças de Defesa Civil – FDC, grupos locais que ajudariam o exército a enfrentar a FRU e proteger suas comunidades. No entanto, a violência continuava e, em 1996, governo e FRU assinaram o Tratado de Abidjan.

Em 1997, outro golpe mudou novamente a política de Serra Leoa. Liderado por Paul Koroma, o Conselho Revolucionário das Forças Armadas – CRFA assumiu o poder e convidou a FRU a formar uma aliança nacional, agravando a crise no país. Numa intervenção internacional liderada pela Nigéria, forças da ECOMOG<sup>7</sup>, braço armado da ECOWAS<sup>7</sup>,

---

<sup>6</sup> Charles Taylor teve grande influência na guerra em Serra Leoa, sendo um dos maiores financiadores da FRU. Sua motivação decorreria, segundo alguns autores, do desejo de revanche contra o governo de Serra Leoa, que apoiara a intervenção regional na Libéria, cerceando seu poder, além do seu interesse no comércio local de diamantes. Quando assumiu a presidência da Libéria em 1997, passou a apoiar diretamente a luta, por meio de contribuições financeiras e materiais à FRU. O Conselho de Segurança da ONU exigiu a colaboração da Libéria no processo de paz de Serra Leoa e o fim do apoio aos grupos rebeldes. Taylor foi indiciado por crimes contra a humanidade pelo Tribunal Especial de Serra Leoa.

<sup>7</sup> O Grupo de Acompanhamento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG) era uma força armada multilateral do Oeste Africano, criado pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS).

conseguiram derrubar e prender os líderes do CRFA e colocar novamente a FRU na marginalidade, reconduzindo Kabbah ao poder em fevereiro de 1998 (KEEN, 2005).

A guerra civil, no entanto, continuava e a FRU contava com o apoio de soldados do exército nacional (*sobels*<sup>8</sup>), supostamente seus adversários, e era financiada por governos estrangeiros e pelo comércio ilegal de diamantes. Os *sobels* trocavam armas por diamantes com os rebeldes. Agentes estatais de diferentes escalões, desde soldados até líderes do Estado, participavam das atividades ilícitas que deveriam reprimir (KEEN, 2005).

A violência exarcebada era a tática de combate utilizada pelos dois lados, incluindo aqueles que deveriam proteger a população: as forças do governo atacavam as cidades e depois culpavam a FRU pelas atrocidades cometidas. Diante desse cenário de violência, as partes foram induzidas por externos ao conflito a negociar um novo acordo de paz (STEDMAN, 2001).

Em julho de 1999 foi assinado o Acordo de Lomé<sup>9</sup>, que pretendia acabar com a guerra civil no país. O acordo, que foi bem recebido pelo Conselho de Segurança da ONU, previa formas para estimular o comprometimento dos rebeldes ao seu cumprimento, como a indicação de Foday Sankoh para a vice-presidência de Serra Leoa e a participação de agências internacionais para revitalização da economia; por outro lado grupos da sociedade civil não foram incluídos no Acordo de Lomé (KEEN, 2005).

---

<sup>8</sup> *Sobels (Rebel Soldiers)* eram soldados do exército nacional que cooperavam com a FRU. Ficaram conhecidos como soldados que de dia lutavam a favor do governo e, de noite, a favor dos rebeldes. De forma a arrecadar recursos para uso particular, os *sobels* trocavam armas por diamantes com os rebeldes que continuavam a atacar a população. Para evitar o enfrentamento, *sobels* e rebeldes buscavam coordenar suas ações, reduzindo os confrontos entre si.

<sup>9</sup> O Acordo de Lomé foi assinado em 7 de julho de 1999. O arranjo político, militar e econômico de partilha do poder estabelecido neste acordo foi planejado para durar até as eleições de 2001. O Acordo de Lomé foi uma extensão do Acordo de Abidjan, mas em adição, foi prometido a FRU vários cargos no governo de Serra Leoa. O líder da FRU, Foday Sankoh, foi indicado como vice-presidente e tornou-se responsável pelo gerenciamento dos recursos estratégicos do país (especialmente os diamantes). Mesmo o acordo tendo representado uma vitória para a FRU em termos de ganhar acesso ao poder político e às riquezas, Sankoh abusou do seu controle sobre a mineração de diamantes para empoderar a FRU e continuar a guerra pela troca dos diamantes por armas, além disso, divisões dentro da FRU tornaram o desarmamento difícil. O Acordo de Lomé colapsou completamente em maio de 2000.



Entretanto, ainda faltava às partes o interesse em cooperar e a guerra civil continuava. Acusações mútuas de descumprimento dos termos de Lomé eram feitas, impedindo que o acordo fosse cumprido. Ademais, o apoio internacional, que contribuiria para aumentar a confiança dos grupos em conflito na busca pela paz, era insuficiente. Os conflitos se intensificaram no primeiro semestre de 2000 com o ataque da FRU às instalações da ONU e aos integrantes das forças de paz que haviam chegado ao país em outubro de 1999, logo após a assinatura do Acordo de Lomé (BINNINGSNO; DUPUY, 2008).

Em novembro de 2000, a partir do cessar-fogo de Abuja, as partes começaram a cooperar rumo ao fim da guerra civil, que aconteceria dois anos depois em janeiro de 2002. Houve maior presença internacional (por meio da UNAMSIL<sup>10</sup>) em Serra Leoa, fazendo com que as partes cooperassem com a missão de paz sem temer que o outro lado promovesse represálias.

A partir de então, as ações da UNAMSIL passaram a produzir maiores frutos. Durante o ano de 2003, com o cumprimento dos pontos estabelecidos pelo mandato do Conselho de Segurança, começou a ser realizada a saída gradual da UNAMSIL de Serra Leoa, concluída em 2005, com a estabilização do cenário de segurança do país. A FIGURA 2 apresenta a linha do tempo dos principais acontecimentos ocorridos durante a guerra civil de Serra Leoa.

---

<sup>10</sup> Missão das Nações Unidas em Serra Leoa estabelecida pelo Conselho de Segurança em outubro de 1999.

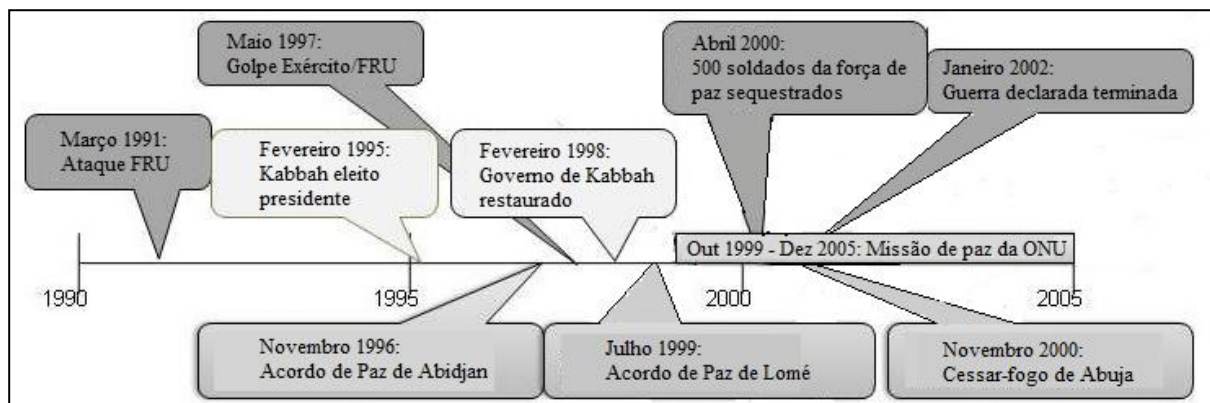


FIGURA 2 – Linha do tempo dos principais acontecimentos da guerra civil de Serra Leoa.

Fonte: Autor.

O subitem a seguir relatará com maior detalhe a atuação da Frente Revolucionária Unida no conflito de Serra Leoa.

### 3.3.1 A Frente Revolucionária Unida (FRU)

De acordo com Le Billon (2001), o surgimento da Frente Revolucionária Unida está ligado a duas raízes principais: o completo colapso do Estado de Serra Leoa devido à corrupção do governo e a guerra civil da Libéria que havia começado dois anos antes da invasão da FRU em 1991. O intuito da FRU era combater o governo corrupto que, segundo o grupo, desvirtuava o dinheiro dos recursos naturais. Sua suposta ideologia revolucionária encontrada no panfleto “*Footpaths to Democracy*” e denominada pelo acadêmico serra-leonense Ibrahim Abdullah de “mais rebelde do que revolucionária”, constituía uma crítica às relações de clientela exercidas pelo governo.

Embora o movimento rebelde fizesse críticas ao governo, com o tempo se tornou aparente que a motivação da FRU estava centrada na aquisição de riqueza em vez de ideais.

O líder da FRU, Foday Sankoh, movido pelo desejo de conquistar riquezas em Serra Leoa e conquistar um lugar importante no governo em Freetown, buscou apoio na vizinha Libéria por meio de Charles Taylor. Sankoh tomou conhecimento de Taylor na Líbia, quando foram convidados por Muammar Gaddafi. Gaddafi forneceu treinamento, equipamentos e apoio financeiro para os grupos rebeldes opositores aos governos “ocidentais”. A Líbia apoiou a FRU e a Frente Patriótica Nacional da Libéria – FPNL para iniciar suas insurgências (KEEN, 2005).

Em março de 1991, cem insurgentes moveram-se ao longo da fronteira com a Libéria em direção ao leste de Serra Leoa. O pequeno grupo era formado por dissidentes serra-leonenses, soldados liberianos da FPNL e mercenários provenientes de Burkina Faso (BINNINGSBO; DUPUY, 2008). Esse grupo, sob a liderança de Sankoh, foi a semente da FRU. Em sua declaração revolucionária, afirmava:

Estamos lutando por uma nova Serra Leoa. Uma nova Serra Leoa de liberdade, justiça e igualdade de oportunidades para todos. Estamos lutando pela democracia e por democracia queremos dizer igualdade de oportunidades e acesso ao poder para criar riqueza através do livre comércio, agricultura, indústria, ciência e tecnologia. Estamos cansados de sermos vítimas perpétuas do estado patrocinando pobreza e degradação humana, nos castigando por anos de governo autocrático e militarismo. Estamos comprometidos com a paz, por qualquer meio necessário. (Revolutionary United Front: “Footpaths to Democracy”, <http://fas.org/irp/world/para/docs/footpaths.htm>, tradução nossa).

Inicialmente, a incursão do grupo ocorreu conforme planejado, expandindo-se com impunidade, já que a população local estava desarmada e por vezes complacente. Os invasores seguiram a estratégia de ocupar aldeias por cooptação ou eliminando os chefes locais, os anciões e a elite educada, confiscando seus alimentos e outros bens necessários. As forças de combate foram se expandindo por meio do recrutamento de indivíduos que se encaixavam no perfil da FRU: aqueles que abandonaram a escola, garimpeiros de diamantes e

itinerantes em geral, para os quais a FRU prometeu um acesso mais fácil às riquezas do país (BINNINGSBO; DUPUY, 2008).

A FRU não tinha um programa revolucionário para se relacionar com os camponeses. Os rebeldes aterrorizavam a população rural e recrutas voluntários para a FRU tiveram que ser complementados por crianças raptadas e jovens. Os novos membros eram colocados em postos na FRU por meio de uma combinação de ritos de iniciação (uma prática estabelecida nas sociedades secretas de Serra Leoa), recompensas materiais (geralmente saqueadas de outras aldeias), formação e participação obrigatória nos ataques. Segundo a FRU, uma vez que os novos combatentes eram vistos como inimigo pela população local, era improvável de serem recebidos de volta em suas aldeias de origem (SILBERFEIN, 2004).

Silberfein (2004) destaca que a estrutura espacial de expansão da entidade política da FRU pode ser dividida em três partes que flutuaram ao longo do tempo: a) áreas firmemente sob controle da FRU, principalmente em Kailahun, Pujehun e alguns distritos de Kenema, b) áreas de expansão, onde os ataques da FRU e a destruição de aldeias foram, por vezes, seguidos por um contra ataque do exército e reocupação do governo, e c) áreas mais distantes onde a máquina de propaganda da FRU espalhava rumores de um ataque iminente. Com efeito, a FRU esperava minimizar os confrontos intimidando a população rural para rapidamente abandonarem suas aldeias, mesmo antes que o ataque tivesse ocorrido.

A população rural que permaneceu no local enfrentou o risco de sequestro, assassinato, roubo e destruição de propriedade tanto pelos combatentes da FRU quanto pelos soldados do governo. Alguns tentaram se dispersar o mais amplamente possível de modo a evitar ser um alvo, movendo-se para longe das aldeias durante o dia e retornando à noite. Tais estratégias necessitavam de habilidade para viver de plantas selvagens e caça limitada, uma vez que o cultivo foi severamente limitado. Mesmo fora da zona de conflito, os moradores

abstiveram-se da queima da vegetação para que a fumaça não anunciasse a presença de um assentamento rural (BINNINGSBO; DUPUY, 2008; SILBERFEIN, 2004).

Nenhuma parte do país ficou imune ao conflito em expansão, uma vez que a produção de alimentos declinou vertiginosamente. Os desalojados inundaram apressadamente campos construídos no entorno das principais cidades e refugiados fugiram do país. Em outubro de 1992, a FRU finalmente se infiltrou na principal área de diamantes de Serra Leoa, Kono, em parte porque os soldados do governo estavam garimpando diamantes para si mesmos em vez de manter uma defesa forte. Os dois baluartes remanescentes da economia de Serra Leoa foram capturados mais tarde: áreas produtoras de rutilo e bauxita. A FRU não foi capaz de extrair e processar essas duas matérias primas, mas negaram ao governo a oportunidade de ganhar divisas com a venda de minerais (GBERIE, 2005; SILBERFEIN, 2004).

Keen (2005) relata que os rebeldes obtiveram milhões de dólares com a exportação ilegal de diamantes, principalmente para a Libéria e Burkina Faso. Houve também alegações que oficiais nigerianos da ECOMOG forneceram alimentos e suprimentos para a FRU em troca de diamantes. A receita gerada com o contrabando era utilizada para comprar armas, munição e suprimentos, bem como financiar a FPNL de Charles Taylor em sua guerra contra o governo liberiano.

Embora o exército de Serra Leoa tenha sido capaz de sustentar sua contra ofensiva, o conflito estava longe de terminar. O governo não levou em conta o contexto regional mais amplo da guerra, no qual o combate com a FRU foi incorporado. Enquanto a FRU mantivesse sua conexão com a Libéria, sempre haveria uma fonte de novos suprimentos, armas e combatentes. Quando o ataque do governo tornou-se demasiado custoso para a FRU manter o extenso território invadido, os rebeldes se reagruparam e transformaram sua estratégia espacial. Em vez de tentar defender cidades e grandes aldeias contra o exército, a

FRU dispersou pelo menos seis grandes bases com cerca de 5000 a 6000 combatentes cada, espalhando-se por todo território nacional (SILBERFEIN, 2004).

As bases foram escondidas em áreas de floresta ou mata densa, conectadas por caminhos, ideais para a nova guerrilha – “guerra sem linha de frente”. Equipamentos de rádio foram amplamente difundidos permitindo a comunicação entre as bases e a transmissão de mensagens de propaganda. A partir daí, a FRU começou a praticar atrocidades contra a população civil para se tornar notória, amputando pernas e outras partes do corpo como mecanismo para semear o terror e debilitar a economia oficial. Homens, mulheres e crianças perderam seus membros e foram deixados para viver como um lembrete do poder e horror da FRU (SMILLIE, 2002).

Em suma, a cultura construída entre os membros da FRU e o Estado de Serra Leoa foi de caráter agressivo e os interesses do grupo nada tinham a ver com o bem estar da população ou com a construção de uma identidade coletiva, visavam somente a exploração, o contrabando e o enriquecimento de seus líderes.

#### **4 O CONFLITO CIVIL EM SERRA LEOA: ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ROSS (2004)**

No capítulo dois foi apresentada a teoria proposta por Ross (2004) acerca dos mecanismos causais hipotéticos que relacionam os recursos naturais aos conflitos civis, podendo influenciar o início, a duração e a intensidade deles. Tendo como base essas informações, bem como a descrição elaborada no capítulo três sobre Serra Leoa, pretende-se agora realizar uma análise do conflito civil ocorrido no país a partir da perspectiva de Ross.

Também apoiaram essa análise algumas bibliografias cujos pesquisadores se dedicaram ao estudo sobre o tema recursos naturais x conflitos civis: COLLIER; HOEFFLER, 1998, 2004; DE SOYSA; NEUMAYER, 2007; FEARON; LAITIN, 2003; FEARON, 2004; HUMPHREYS, 2005; LE BILLON, 2005a; LUJALA *et al.*, 2005; REYNAL-QUEROL, 2002; ROSS, 2004b; ROSS, 2006.

Em sua teoria, Ross (2004) relatou seis mecanismos causais no intuito de esclarecer como a riqueza de recursos naturais pode contribuir para o início de conflitos civis (ver QUADRO 1 e QUADRO 2). A investigação sobre o caso de Serra Leoa permitiu identificar evidências de quatro mecanismos que atuaram no surgimento da guerra civil no país, corroborados pela riqueza de diamantes em seu território. São eles: o ressentimento entre a população local, o enfraquecimento do Estado, a intervenção estrangeira e a venda de contratos futuros para o saqueamento de recursos, os quais oportunizaram a ação dos rebeldes, principalmente, na mobilização de combatentes e arrecadação de fundos para financiar os custos de arranque do conflito civil.

O primeiro mecanismo causal evidenciado em Serra Leoa foi o ressentimento entre a população local, impulsionado desde o período colonial, quando grande parte dos serra-leonenses foi privada pelo governo das benesses proporcionadas pela exploração de

diamantes. Conforme abordado anteriormente, a saída dos colonizadores britânicos de Serra Leoa foi imediatamente substituída por uma elite apoiada por eles e educada na Europa (*krios*), uma manobra para manter relações privilegiadas com sua antiga colônia por meio de um grupo social mais ocidentalizado. Esta atitude acarretou a supressão e a exclusão dos demais grupos étnicos e raciais que viviam no território e representavam a maioria, da tomada de decisão e da participação na cadeia produtiva dos diamantes.

Na prática, Serra Leoa experimentou uma desigualdade social, econômica e política, resultado da instabilidade causada pela dependência do país em relação à produção e comercialização de diamantes. Essa situação aumentou progressivamente o descontentamento da população local, tornando-a vulnerável ao recrutamento por grupos rebeldes. Valendo-se dessa condição, os rebeldes da FRU desencadearam sua tática para mobilizar os indivíduos sensibilizados em prol dos seus objetivos, a qual consistia numa propaganda massiva de críticas à exploração dos recursos pelas empresas privadas contratadas pelo governo, protestos contra “o estupro do campo para alimentar a ganância e capricho da elite de Freetown” e operações em áreas produtoras de diamantes com a expulsão das firmas do setor de recursos e domínio dessas regiões. Importante salientar que os ressentimentos da população explorados pela FRU referiam-se à distribuição da riqueza de recursos, e não a expropriação de terras, migração de trabalhadores, dano ambiental, ou falta de oportunidades de emprego.

O segundo mecanismo causal cujos indícios foram verificados em Serra Leoa teve origem na dependência do país no tocante ao comércio de diamantes que levou ao enfraquecimento do Estado, em resposta à diminuição do controle estatal territorial, ineficiência burocrática e corrupção. Diante desse cenário, o governo de Serra Leoa foi incapaz de desenvolver medidas que aproximassem a sociedade do Estado, baseando-se apenas nas receitas geradas pelos diamantes em vez da arrecadação de impostos. A



incapacidade de desenvolver esta conexão com os cidadãos impossibilitou a oferta de bens públicos e alívio de tensões sociais.

Com efeito, a situação se agravou após o final da Guerra Fria<sup>11</sup>, dado que durante esse período o Estado de Serra Leoa recebia apoio e financiamento das grandes potências. O vácuo deixado a partir da queda do muro de Berlim teve que ser suprido pela venda de diamantes por meios lícitos e, principalmente, ilícitos, potencializando ainda mais o vínculo do país com os recursos naturais.

Com o estabelecimento de um Estado fraco, Serra Leoa se deparou com outro problema, o baixo desempenho econômico no país. O enfraquecimento dos setores da economia, motivado pela concentração dos rendimentos do Estado no faturamento produzido pelos diamantes, acarretou baixos níveis de comércio interno, produtividade industrial e manufaturas. Esses setores estão diretamente associados a altos níveis de coesão social e interdependência regional, que no caso de Serra Leoa tornaram-se praticamente inexistentes, visto que não houve investimentos em infraestrutura, com exceção daqueles relacionados ao escoamento dos recursos naturais. A fragmentação da economia e o baixo índice de diversificação setorial levaram a enclaves na produção e, mais uma vez, o Estado não foi capaz de prover direitos básicos à população, suscitando o primeiro mecanismo causal mencionado, o ressentimento entre a população local, que foi privada dos benefícios propiciados pelos recursos naturais e não vislumbrava alternativas a sua situação.

---

<sup>11</sup> Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, o cenário internacional sofreu uma grande mudança. O fim do sistema bipolar resultou no fim da busca por novos Estados Satélites\*. Os novos Estados que surgiram com o colapso do sistema bipolar possuíam uma política bem distinta das democracias ocidentais e eram Estados onde diversas etnias disputavam o espaço e o poder. Além dessas questões, esses Estados tinham como características básicas a pobreza, a fome e o subdesenvolvimento. Devido à crise econômica, administrativa e institucional, os novos Estados eram denominados de “Estados Falidos” ou “Estados Colapsados”.

\*Estado Satélite é um termo utilizado para definir um Estado que se encontra sujeito ao domínio político ou ideológico de alguma potência. Durante a Guerra Fria, era um termo utilizado pela imprensa ocidental capitalista para se referir aos países do Pacto de Varsóvia.

Inevitavelmente, uma terceira consequência enfrentada por Serra Leoa, em decorrência do desenvolvimento de um Estado fraco dependente economicamente dos diamantes, adveio dos choques internos relacionados à exportação desse recurso natural, em virtude da alta volatilidade dos preços internacionais e, por sua vez, o governo não foi hábil na adoção e aplicação de estratégias de gerenciamento adequadas.

Somando-se os elementos econômicos e políticos, o Estado de Serra Leoa criou uma combinação propícia para insurgências, incentivando os grupos rebeldes a almejem o domínio dos depósitos de diamantes e aumentando o valor de captura do Estado. Os rebeldes lograram êxito em seus objetivos, principalmente no que diz respeito à conquista do acesso às minas de diamantes aluviais.

Os dois últimos mecanismos causais – intervenção estrangeira e venda de contratos futuros para o saqueamento de recursos – foram considerados por Ross como “inesperados”, isto é, não foram previstos pelo autor, sendo definidos após sua investigação dos estudos de casos. Não obstante, as evidências encontradas revelaram que esses mecanismos foram fundamentais para o surgimento da guerra civil em Serra Leoa.

A intervenção estrangeira no Estado de Serra Leoa foi potencialmente exercida pela Libéria e tornou-se crucial para a ocorrência do conflito civil serra-leonense. O interesse da Libéria em conquistar acesso aos depósitos de diamantes aluviais de Serra Leoa localizados próximos à fronteira, bem como o desejo de vingança do líder rebelde liberiano Charles Taylor contra o governo daquele país, já que ele havia apoiado as forças da ECOMOG contra a FPNL durante a guerra civil na Libéria, motivaram a colaboração liberiana com o movimento rebelde da FRU, fornecendo instalações para a formação de soldados, instruções em guerra de guerrilha, armas e combatentes.

A ação intervencionista da Libéria foi facilitada, pois a zona fronteira entre esses dois países se tornou um ponto de encontro de indivíduos marginalizados social e

economicamente e a autoridade do governo de Serra Leoa era mínima, o que possibilitou a coerção de membros pela FRU e a disseminação do comércio ilegal de diamantes. Essas circunstâncias criaram um ambiente propício para desencadear o início do conflito pelos rebeldes, o qual incluía uma fonte de financiamento garantido a partir da mineração dos depósitos de diamantes controlados pela FRU e comercializados ilegalmente através da fronteira com a Libéria e, em contrapartida, a entrada de suprimentos, combatentes e materiais bélicos sem qualquer controle por parte do governo de Serra Leoa.

O último mecanismo verificado no caso de Serra Leoa que impulsionou o início do conflito civil, por permitir que os custos de inicialização pudessem ser financiados, foi a venda de contratos futuros para o saqueamento de recursos. Isso significa dizer que os campos de diamantes de Serra Leoa estavam sendo hipotecados. Os grupos rebeldes fizeram uso da venda ilegal do direito de explorar jazidas de diamantes que ainda não controlavam, principalmente para a Libéria, em troca de armas, suprimentos e treinamentos militares. Se os rebeldes não fossem capazes de vender futuros direitos de exploração de diamantes, poderiam não dispor dos recursos necessários para capturar seus próprios diamantes. Sem o mercado de recompensas futuras, a ofensiva rebelde – e talvez o conflito em si – fosse menos provável.

Vale mencionar que o mecanismo “saqueamento” também relacionado por Ross como fomentador de um conflito civil não foi observado no caso de Serra Leoa. Os grupos rebeldes não ganharam financiamento a partir da extorsão daqueles que extraíam, transportavam ou comercializavam diamantes antes do conflito civil iniciar. No entanto, as evidências mostraram que os saques cometidos por esses grupos foram fundamentais após a guerra civil ter eclodido, funcionando como “combustível” e contribuindo para prolongar o conflito.

Outros mecanismos descritos pelo autor que também influenciaram a duração de conflitos civis e que foram constatados em Serra Leoa foram: a aparente rentabilidade da

guerra desmotivando acordos de paz e a venda de contratos futuros para o saqueamento de recursos. Este último desempenhou um papel crítico na duração do conflito, possibilitando o governo de Serra Leoa escapar da derrota duas vezes, por meio da contratação de empresas estrangeiras que vendiam proteção. Em duas oportunidades o governo do país vendeu o direito de explorar as jazidas de diamantes que ainda não controlava nos campos de Kono – sob domínio dos rebeldes – e utilizou os recursos para contratar empresas de mercenários, repelir a ofensiva da FRU e recuperar os campos de diamantes hipotecados.

Além da função motivadora e prolongadora no conflito civil de Serra Leoa, os diamantes também foram responsáveis por uma guerra mais intensa, ocasionando maior número de vítimas durante o confronto. De acordo com Ross, quando os dois lados da batalha – no caso de Serra Leoa, governo e rebeldes – estão engajados em obter o controle dos recursos naturais – depósitos de diamantes – a intensidade do conflito aumenta o quantitativo de mortes.

Pelo exposto neste capítulo, justifica-se afirmar que a riqueza de diamantes no território de Serra Leoa, inclusive do tipo aluvial que podem ser facilmente extraídos, foi decisiva para desencadear o conflito civil no país, bem como contribuiu para prolongar e intensificar o conflito. Isso posto, os mecanismos que atuaram nessa conexão foram o ressentimento entre a população local, o enfraquecimento do Estado, a intervenção estrangeira e a venda de contratos futuros para o saqueamento de recursos. Ademais, ficou nítido que a ligação entre a riqueza de recursos e o conflito civil não é estabelecida por um mecanismo causal individual, mas sim, por um conjunto de mecanismos que atuam de maneira concomitante.

## 5 CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa buscou-se demonstrar, por meio da teoria proposta por Ross (2004), que os recursos naturais e os conflitos civis estão relacionados e quais os mecanismos causais são responsáveis por conectar essas variáveis no caso de Serra Leoa.

Diante dos argumentos apresentados, pôde-se confirmar que a guerra civil que consumiu Serra Leoa por mais de uma década esteve intimamente ligada à riqueza de diamantes naquele país. Esse resultado já era esperado tendo em vista que a elaboração das hipóteses pelo autor foi conduzida a partir de trabalhos realizados previamente, ou seja, adotou-se o método “mais provável” de seleção dos estudos de casos aumentando a probabilidade de correlação entre os recursos naturais e o conflito civil.

Não obstante, o cenário no qual o Estado de Serra Leoa estava inserido permitiu determinar quatro mecanismos responsáveis pela conexão entre a riqueza de diamantes e a guerra civil – ressentimento entre a população, enfraquecimento do Estado, intervenção estrangeira e a venda de contratos futuros para o saqueamento de recursos – que atuaram de maneira simultânea, desencadeando o conflito civil serra-leonense.

A lógica nos diz que um país no qual abundam recursos naturais de elevado valor deveria possuir condições necessárias para a implementação de medidas para a persecução do desenvolvimento, face à grande disponibilidade de recursos financeiros provenientes da exploração dessas matérias primas. Contudo, a prática demonstrou precisamente o contrário: no caso de Serra Leoa, um país rico em recursos naturais, principalmente diamantes, deparou-se com uma maior predisposição para o rompimento de uma guerra civil, uma vez que a riqueza de recursos em vez de promover o desenvolvimento e contribuir para o bem estar das populações, aumentou as desigualdades sociais e econômicas, fomentando o ressentimento e a corrupção.

Com efeito, três fatores puderam ser considerados críticos no conflito civil ocorrido em Serra Leoa: o conflito armado sempre foi intrinsecamente conectado à competição por diamantes, e essa associação foi sendo reforçada ao longo do tempo; o conflito esteve ligado ao colapso do Estado e ao surgimento da criminalidade, juntamente com a proliferação de armas; e o conflito em Serra Leoa nunca foi restrito a um único Estado, ao contrário, sempre foi parte de um processo regional em que as fronteiras não foram capazes de impedir os fluxos de recursos naturais e armas ou mesmo a circulação de pessoas.

Essa situação nos leva a crer que Serra Leoa ficou presa na “armadilha do conflito”, ou seja, o baixo nível de desenvolvimento socioeconômico causado por um Estado fraco, levou seus cidadãos a grandes dificuldades, marginalizando e fragilizando esses indivíduos, tornando-os alvos fáceis para os grupos rebeldes. Para quebrar essa armadilha faz-se necessário, sobretudo, o fortalecimento das instituições governamentais, a implementação de medidas que encorajem a diversificação da pauta de exportações do país, a redução da volatilidade das receitas geradas pelos recursos, o aumento da transparência do governo quanto ao gerenciamento das rendas provenientes dos diamantes, e finalmente, o banimento da venda de direitos futuros sobre os depósitos de diamantes. Soma-se ainda a necessidade de controle pelo governo das fronteiras, impedindo o fluxo desordenado de mercadorias e pessoas, além do reforço das obrigações da comunidade internacional em ações que garantam a não ocorrência de uma crise no país.

Ao final deste trabalho foi possível extrair importantes informações a respeito das relações causais entre a riqueza de diamantes e o conflito civil em Serra Leoa, porém deve ser mencionado que os dados obtidos são específicos e, dessa maneira, não abrangem de forma generalizada outros conflitos ocorridos no continente africano que também tiveram sua origem ancorada na relação recursos naturais x conflito civil. Aliás, esta é uma dificuldade enfrentada nas investigações conduzidas sobre o tema.

Desde o final dos anos 90 houve uma enxurrada de pesquisas sobre as guerras civis, principalmente aquelas que aconteceram em países africanos. No entanto, os resultados obtidos têm sido conflitantes no que diz respeito ao papel desempenhado pelos recursos naturais. Algumas explicações plausíveis para esse fato fundamentam-se em diferenças existentes nos extensos conjuntos de dados utilizados pelos estudiosos, nos modelos de guerras civis, nos procedimentos de estimação (análises estatísticas) e nas técnicas de manipulação dos dados ausentes. Justifica-se, portanto, utilizar amostras reduzidas para contornar o problema, isto é, nortear investigações por meio de estudos de casos individuais, em que o conflito possa ser examinado em profundidade, aumentando a validade dos conceitos e ajudando a explicar variáveis difíceis de mensurar.

Embora os mecanismos definidos por Ross e constatados neste estudo tenham sido capazes de explicar de modo robusto o surgimento do conflito civil em Serra Leoa, novas linhas de pesquisa podem ser construídas buscando preencher algumas lacunas ainda existentes.

Em particular, seria fundamental promover melhorias que abrangessem a qualidade dos dados sobre o volume (medida *per capita*) e o valor das pedras preciosas, incluindo os diamantes, produzidas ilegalmente, uma vez que são escassos e muitas vezes pouco confiáveis, tendo em vista que esses itens são frequentemente comercializados no mercado negro. O aperfeiçoamento dessas informações – juntamente com a padronização na determinação de quando a guerra civil termina<sup>12</sup> – abriria portas para realizar análises

---

<sup>12</sup> Determinar quando a guerra civil termina parece uma tarefa fácil, mas é fundamental para evitar deslizes nas análises estatísticas. Em alguns países dependentes de recursos naturais, os conflitos civis flutuaram em intensidade ao longo de várias décadas. Alguns pesquisadores codificaram esses conflitos como vários conflitos de pequena duração, enquanto outros interpretaram como um pequeno número de guerras civis de longa duração. Essas diferenças de codificação podem explicar porque as bases de dados possuem estimativas variando amplamente sobre o número de guerras civis para o mesmo período.

estatísticas seguras utilizando os recursos naturais como uma variável explicativa, inclusive empregando um número maior de conflitos civis ocorridos num determinado período de tempo, permitindo uma extrapolação válida e fornecendo uma visão mais equilibrada do papel dos recursos naturais sobre os conflitos.



## REFERÊNCIAS

ADEBAJO, Adekeye. *Building Peace in West Africa: Liberia, Sierra Leone, and Guinea-Bissau*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002. 193 p.

BINNINGSNO, Helga Malmin; DUPUY, Kendra. Buying peace with diamonds? Power sharing and civil war in Sierra Leone. *CSCW Policy Brief*, v. 49, p. 1-4, 2008.

COLLIER, Paul; HOEFFLER, Anke. On economic causes of civil war. *Oxford Economic Papers*, v. 50, p. 563-573, 1998.

COLLIER, Paul; HOEFFLER, Anke. Greed and grievance in civil war. *Oxford Economy Paper*, v. 56, p. 663-695, 2004.

DE SOYSA, Indra; NEUMAYER, Eric. Resource wealth and the risk of civil war onset: results from a new dataset of natural resource rents, 1970-1999. *Conflict Management and Peace Science*, v. 24, n. 3, p. 201-218, 2007.

FEARON, James. Why do some civil wars last so much longer than others? *Journal of Peace Research*, v. 41, p. 275-303, 2004.

FEARON, James; LAITIN, David. Ethnicity, insurgency, and civil war. *American Political Science Review*, v. 97, p. 75-90, 2003.

GBERIE, Lansana. War and peace in Sierra Leone: diamonds, corruption and the Lebanese connection. *The Diamonds and Human Security Project*, v. 6, p. 1-28, 2002.

GBERIE, Lansana. *A dirty war in west Africa: the FRU and the destruction of Sierra Leone*. Bloomington: Indiana University Press, 2005, 224 p.

HIRSCH, John L. Sierra Leone: Diamonds and the struggle for democracy. *Canadian Journal of African Studies*, v. 36, n. 1, p. 150-152, 2002.

HUMPHREYS, Macartan. Natural resources, conflict, and conflict resolution: uncovering the mechanisms. *Journal of Conflict Resolution*, v. 49, p. 508-537, 2005.

JALLOH, Abu Bakarr; SASAKI, Kyuro; THOMAS, Mustapha Olajiday; JALLOH, Yaguba. The geology, mineral resources of Sierra Leone and how the resources can be used to develop the nation. *Procedia Earth and Planetary Science*, v. 6, p. 131-138, 2013.

KEEN, David. *Conflict & Collusion in Sierra Leone*. Suffolk: James Currey Publishers, 2005, 340 p.

LE BILLON, Phillipe. The political ecology of war: natural resources and armed conflict. *Political Geography*, p. 1-24, 2001.

LE BILLON, Phillipe. *Fuelling War: natural resources and armed conflict*. New York: Oxford University Press, 2005a, 98 p.

LUJALA, Paivi; GLEDITSCH, Nills Petter; GILMORE, Elisabeth. A diamond curse? Civil war and lootable resource. *Journal of Conflict Resolution*, v. 49, n. 4, p. 538-562, 2005.

NDUMBE, Anyu. Diamonds, ethnicity and power: the case of Sierra Leone. *Mediterranean Quarterly*, v. 12, n. 4, p. 90-105, 2001.

RENO, William. *Warlord Politics and African States*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998, 260 p.

REVOLUTIONARY UNITED FRONT: "Footpaths to Democracy". Desenvolvido por John Pike, 2003. Disponível em: <http://fas.org/irp/world/para/docs/footpaths.htm>. Acesso em: 15 jun. de 2015

REYNAL-QUEROL, Marta. Ethnicity, political systems, and civil war. *Journal of Conflict Resolution*, v. 46, n. 1, p. 29-54, 2002.

ROSS, Michael L. A closer look at oil, diamonds, and civil war. *Annual Review of Political Science*, v. 9, p. 265-300, 2006.

ROSS, Michael L. How do natural resources influence civil war? Evidence from thirteen cases. *International Organization*, v. 58, n. 1, p. 35-67, 2004.

ROSS, Michael L. What we know about natural resources and civil war? *Journal of Peace Research*, v. 41, n. 3, p. 337-356, 2004b.

SILBERFEIN, Marilyn. The geopolitics of conflict and diamonds in Sierra Leone. *Academic Journal*, v. 9, n. 1, p. 213-241, 2004.

SMALL, M.; SINGER, J. D. Resort to arms: international and civil wars, 1816-1980. 2. ed. Beverly Hills: Sage Publications, 1982, 373 p. *apud* COLLIER, P.; HOEFFLER, A. Greed and grievance in civil war. *Oxford Economy Paper*, v. 56, p. 663-695, 2004.

SMILLIE, Ian. *Dirty diamonds: armed conflict and the trade in rough diamonds*. Oslo: FAFO Institute for Applied Social Science, 2002, 63 p. Relatório.

STEDMAN, Stephen John. *Implementing peace agreements in civil wars: lessons and recommendations for policymakers*. New York: IPA Policy Paper Series on Peace Implementation, 2001, 32 p. Relatório.

TAYLOR, Bankole Kamara. *Sierra Leone: the land, its people and history* (Paperback). Dar Es Salaam: New Africa Press, 2014, 178 p.

WYROD, Christopher. Sierra Leone: a vote for better governance. *Journal of Democracy*, v. 19, n. 1, p. 70-83, 2008.